

**Requerimento de Informação nº \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_**

**Sr. Carlos Alberto Leréia**

Solicita informações ao Senhor Ministro de Justiça a respeito das providências administrativas tomadas para o combate ao crime organizado e a proteção aos juízes e promotores que estão atuando nos processos referentes a estes crimes, principalmente na Operação Diamante.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno desta Casa, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Justiça no sentido de esclarecer esta Casa quanto às providências administrativas tomadas para o combate ao crime organizado e a proteção aos juízes e promotores que estão atuando nos processos sobre os mesmos, principalmente na Operação Diamante.

**Justificação**

As manchetes dos principais jornais do país do dia 25/03/2003 trouxeram a notícia de mais uma tragédia, como na Folha de São de Paulo : "Morto outro juiz que atuava contra o crime organizado". As atitudes que os criminosos vêm tomando no país, denotando seu destemor e até mesmo o desafio às instituições legais, é algo inaceitável e precisa ser imediatamente combatido. Os bandidos estão agindo como se tivessem leis próprias e pudessem impor sem qualquer limitação legal e legítima.

A responsabilidade do Estado quanto ao combate ao crime é dever constitucional como observamos no artigo 144 da Carta Magna: "A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio,...". Portanto, espera-se a ação governamental no sentido de tomar as providências imediatas, para impedir que o crime organizado se prolifere e continue matando mais e mais cidadãos brasileiros provocando a desordem social e o medo no povo brasileiro

Sala das Sessões, em 26 de Março de 2003.

**Deputado Carlos Alberto Leréia**